

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : VEJA

CLASS. : _____

DATA : 04 09 85

PG. : _____

CEDI - P. I. B.
 DATA 31 12 86
 000128

Veja, nº 887, 4-9.85

MINÉRIOS

O ouro do Amapá

Primeira dama de Brasília desiste da mineração

No último dia 7 de agosto, um despacho do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general Rubem Bayma Denys, também chefe do Gabinete Militar da Presidência, concedeu autorização prévia à empresa Mineração Itajary para a exploração de ouro e cassiterita em dez áreas do Amapá. Publicado no Diário Oficial, o despacho passou despercebido até a última terça-feira, quando o jornal *Última Hora*, de Brasília, baseou-se nele para publicar uma notícia de primeira página com o título "Esposa de Aparecido explora ouro no Amapá". O jornal referia-se a Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, 48 anos, mulher de José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal.

Em fins do ano passado, Maria Leonor associou-se a Olair Zenir Leite, presidente do Banco Regional de Brasília, ao jornalista Newton Rodrigues e a outras quatro pessoas para constituir a Itajary. Em dezembro de 1984, atendendo a requerimento dos sócios da Itajary, o Departamento Nacional de Produção Mi-



Maria Leonor: "Construções maliciosas"

neral (DNPM) autorizou o funcionamento da empresa. Na última terça-feira, depois da publicação da notícia na *Última Hora*, Maria Leonor apresentou um protesto ao jornal, por discordar do título da matéria que a apresentava como exploradora de ouro no norte do Brasil. José Aparecido também não gostou do que leu. Antes das 7 da manhã, irritado, ele já ligara para seus assessores. Segundo Maria Leonor, o título da reportagem "oferece margem a equívoco e confusão". O título, porém, só é incorreto no tempo do verbo, na medida em que a primeira dama ainda não dera início ao

trabalho de exploração. Era essa, afinal, sua intenção desde o ano passado.

Nada há de ilegal no requerimento do grupo nem na concessão da lavra, já que qualquer brasileiro pode pleitear e ganhar uma vaga no ramo dos minérios sem cometer deslize algum. Maria Leonor, porém, mudou de idéia, prevendo que um negócio como o que pretendia explorar no Amapá pode ser mal interpretado quando por trás dele se encontra alguém ligado ao governo, como é o caso dela própria. Para não deixar a vida de seu marido

"exposta às construções maliciosas de interesses inconfessáveis", como justificou, ela encaminhará um pedido de desistência da concessão que recebeu. Maria Leonor diz ter entrado na sociedade contra a vontade do marido, que na época do requerimento ao DNPM era deputado federal. Há, segundo ela, outro motivo para a desistência. "Trabalho em tempo integral como presidente da Proteção e Ação Social", explicou. "Não tenho mais condição de me dedicar a outra atividade", com o que deixou a descoberto a assinatura do general Denys, que lhe concedera a lavra. ●

CORREIO BRAZILIENSE